

Juiz de Fora, 25 de agosto de 2020.

Referência: Pregão Eletrônico n. 086/19

Objeto: *Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de elaboração e execução presencial, em Juiz de Fora, de programa de capacitação e desenvolvimento gerencial para empregados da CESAMA classificados no processo seletivo para o Banco de Talentos.*

Apresentamos questionamentos encaminhados por interessados no Pregão Eletrônico nº 086/19 e suas respectivas respostas.

QUESTIONAMENTOS (Q) e RESPOSTAS (R):

Q1. No item 5.6.3 do referido edital, pede a “Comprovação de pelo menos 1 curso de nível superior presencial na área de gestão reconhecida pelo MEC”. Qual documentação é necessária para esta comprovação?

R1: *Conforme item 5.6.3 do edital, a exigência é de “comprovação de pelo menos 1 curso de nível superior presencial na área de gestão reconhecido pelo MEC”. O licitante deverá comprovar o reconhecimento de pelo menos 1 curso da área de gestão, apresentando cópia da Portaria publicada pelo MEC através do sistema eletrônico e-MEC acessível pela internet: <https://emec.mec.gov.br/> ou declaração que afirme o reconhecimento por parte do MEC. Maiores informações sobre o procedimento de Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior poderão ser obtidas na Portaria Normativa, nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Esta Portaria Normativa instituiu o e-MEC e o cadastro e-MEC, e dispõe sobre todas as regras.*

Q2. Uma empresa cadastrada no Simples nacional com o CNAI 85.99-6-04 – Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial pode se habilitar ou precisa ser uma instituição de ensino cadastrada no MEC?

R2: *Conforme item 5.6.3 do edital, a exigência é de “comprovação de pelo menos 1 curso de nível superior presencial na área de gestão reconhecido pelo MEC”. O curso pretendido deverá ser similar à uma pós-graduação lato sensu, inclusive em relação à carga horária e à grade curricular, considerando que a maioria dos*

selecionados no Banco de Talentos possui curso superior completo, e somente por este motivo: por não ser a totalidade da turma graduada, não foi possível já afirmar que a titulação deverá ser de pós graduação, no entanto, a qualidade e o nível da capacitação que a contratante espera, é a mesma, e ainda há de se esperar que possam ocorrer algumas desistências, e assim, existe a possibilidade da turma inteira ser graduada, desta forma o curso e a titulação deverá ser de pós-graduação lato sensu. Concluindo, afirmamos que uma empresa cadastrada APENAS no Simples nacional com o CNAI 85.99-6-04 – Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial e que NÃO seja credenciada pelo MEC com pelo menos 1 curso de graduação na área de gestão reconhecido NÃO atende aos requisitos mínimos exigidos no presente edital.

Q3. O item 5.6.3 do edital pede a comprovação de pelo menos 1 curso de nível superior presencial na área de gestão reconhecido pelo MEC. Sendo assim, gostaríamos de esclarecer com vocês o motivo/necessidade de tal exigência, por gentileza.

R3: *A exigência deste atributo técnico, de comprovação de execução de pelo menos um curso de nível superior presencial na área de gestão reconhecido pelo MEC, visa garantir que a instituição vencedora do certame seja capaz de atender as necessidades da Administração, visto que no item 4.3.11 do Termo de referência observa-se que: “Deverá ser definida a titulação que será certificada aos empregados que concluírem o curso, considerando a possibilidade de titulação de pós-graduação aos participantes graduados.” Esta observação se deve ao fato que o curso pretendido deverá ser similar à uma pós-graduação lato sensu, inclusive em relação à carga horária e à grade curricular, considerando que a maioria dos selecionados no Banco de Talentos possui curso superior completo, e somente por este motivo: por não ser a totalidade da turma graduada, não foi possível já afirmar que a titulação deverá ser de pós graduação, no entanto, a qualidade e o nível da capacitação que a contratante espera, é a mesma, e ainda há de se esperar que possam ocorrer algumas desistências, e assim, existe a possibilidade da turma inteira ser graduada, desta forma o curso e a titulação deverá ser de pós-graduação lato sensu. Portanto, a Administração, pautada no art. 58 da Lei nº 13.303/16, exige essa qualificação técnica, relativa ao objeto deste certame, solicitando do licitante, execução pretérita de serviços de menor complexidade, porém compatível com o*

objeto a ser licitado. A exigência inserida no edital é absolutamente relevante e proporcional ao fim que se busca atingir com a realização da licitação, isto é, requisitar que a instituição tenha realizado pelo menos um curso de nível superior presencial na área de gestão, e que este tenha sido reconhecido pelo MEC, para se mostrar minimamente competente para oferecer um curso compatível com a especialização coadunável com pós graduação que a Administração necessita. Portanto, pertinente para o específico objeto que se intenta contratar. Ainda conforme o Ministério da Educação, vide Nota Técnica nº 388/2013 publicada: **“Somente estão habilitadas a ofertar os cursos de pós-graduação lato sensu, as Instituições de Ensino Superior – IES – credenciadas junto ao MEC para a oferta de curso superior no Sistema Federal de Ensino”** (grifo nosso) Verifica-se, desta forma, que o requisito do credenciamento junto ao MEC para ofertar de curso compatível com o objeto da licitação – pós-graduação lato sensu –, é que sejam credenciadas para oferta de curso superior. Portanto, além de materialmente relevante, a exigência não frustra a competição, por ser critério do mercado já obtê-la. A exigência constante no edital do Pregão Eletrônico 086/2020, quanto ao conhecimento e capacitação técnica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações contratuais visa garantir a qualidade e experiência da Instituição nesta área do saber. Ademais, sabe-se que o reconhecimento de um determinado curso junto ao MEC é um ato posterior a autorização, caso a instituição atinja todos os padrões de qualidade necessários e só pode ser solicitada junto ao MEC no período compreendido entre cinquenta por cento do prazo previsto para a integralização de sua carga horária e setenta e cinco por cento desse prazo. Portanto, é uma parametrização de qualidade para garantir o atendimento das necessidades da Administração, pois, além do reconhecimento de um curso garantir a experiência da Instituição de Ensino Superior pelo tempo em que a mesma já atua nessa área, garante também a qualidade do corpo docente, laboratórios, biblioteca e grade curricular, devido à avaliação realizada por uma comissão especializada designada pelo MEC. Nota-se, à vista disso, que a exigência é razoável, visto que está intimamente ligada com o objeto da licitação e sua finalidade, que para ser alcançada precisa de conhecimento e capacitação técnica diferenciada. E está em um patamar que pode garantir que a empresa contratada tenha condições técnicas para executar o objeto licitado, e sem restringir a competitividade dentro do mercado

capaz de atender a demanda da CESAMA. Conclui-se, portanto, que esta foi a alternativa para garantir que o mínimo de qualidade seja ofertado aos nossos “talentos”, tendo em vista que o MEC já desempenha a função de fiscalizar e controlar a qualidade das Instituições de Ensino Superior do Brasil. Justificável tecnicamente, por: a) Complexidade da especialização, que deve ser compatível com cursos de pós-graduação, ou até mesmo sê-lo, a depender da formação da turma; b) Gerenciamento inadequado no processo poderia levar a falta de credibilidade e não participação volitiva dos selecionados, frustrando o investimento feito; c) Razões técnicas apresentadas acima capazes de demonstrar que a exigência é pertinente; e, d) A exigência encontra respaldo na legislação em vigor.

Q4. Considerando o objeto do processo e com o intuito de resguardar o bom andamento da sessão e análise das propostas, durante a fase de disputa e aceitabilidade, está correto nosso entendimento de que somente instituição de ensino superior, devidamente credenciadas junto ao Ministério da Educação, poderão participar desse certame, tendo em vista, que o objeto se trata de um curso de Especialização? Caso positivo, seria possível acrescentar que a empresa arrematante deverá comprovar seu credenciamento junto ao MEC?

R4: *Sim. Está correto o entendimento de vocês, que apenas Instituições credenciadas pelo MEC poderão ser habilitadas no certame, tendo em vista que o curso pretendido deverá ser similar à uma pós-graduação lato sensu, inclusive em relação à carga horária e à grade curricular. Observa-se que no item 5.6.3 do edital, consta a obrigatoriedade de “comprovação de pelo menos 1 curso de nível superior presencial na área de gestão reconhecido pelo MEC”. Portanto, as empresas licitantes deverão, no momento adequado, comprovar o seu credenciamento junto ao MEC por documento idôneo, não carecendo de suplementação. A exigência inserida no edital é absolutamente relevante e proporcional ao fim que se busca atingir com a realização da licitação, isto é, requisitar que a instituição tenha realizado pelo menos um curso de nível superior presencial na área de gestão, e que este tenha sido reconhecido pelo MEC, para se mostrar minimamente competente para oferecer um curso compatível com a especialização coadunável com pós graduação que a Administração necessita. Portanto, pertinente para o específico objeto que se intenta contratar.*

Q5. Analisamos o Termo de Referência - Anexo I e solicitamos esclarecer sobre a modalidade de apresentação do material didático do curso (apostilas e demais materiais complementares). O referido material didático deverá ser disponibilizado no formato impresso ou digital?

R5: *Em relação à disponibilização do material didático (apostilas, conteúdos complementares), a contratada deverá fornecê-lo no formato que melhor contribua para atingir a finalidade da capacitação, seja impresso ou digital.*

Considerando que as respostas aos questionamentos não afetam a preparação das propostas, conforme art. 48, §2º do RILC, **a abertura da licitação ocorrerá em 31/08/2020 às 9 horas no Portal de Compras Governamentais.**

Alexandre Tedesco Nogueira
Pregoeiro – CESAMA
licita@cesama.com.br
(32) 3692-9198